

Município de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 11.361.243/0001-71



Usuário: Rostand

Chave de Autenticação

1320-2700-413

Página

3 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Desenvolvimento Sustentável do Sertão Central, Fundo Municipal de Educação de Salgueiro, Autarquia Educacional de Salgueiro, FUNPRESSAL - FUNDO FINANCEIRO, Câmara Municipal do Salgueiro, Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, FUNPRESSAL - FUNDO PREVIDENCIÁRIO, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Central

CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO
Prefeito

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8

MUNICÍPIO DE SALGUEIRO

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS (ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Salgueiro.
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 11.361.243/0001-71.
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Joaquim Sampaio, nº 279 – Bairro: Nossa Senhora das Graças – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE 2017 é de 60.453 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,2. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.014 de 5 de janeiro de 2017 (LOA 2017).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Salgueiro; 2) Prefeitura Municipal de Salgueiro; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo Municipal de Educação (FME); 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA); 7) Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI); 8) Fundo de Desenvolvimento Municipal de Salgueiro (FDM); 9) Autarquia Educacional de Salgueiro (AESA); 10) Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Salgueiro - Financeiro (FUNPRESSAL); 11) Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Salgueiro - Previdenciário (FUNPRESSAL).
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Clebel de Souza Cordeiro. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2020.
Dados do contador (a) responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com.br.
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial no município: Nome: Fábio Romero Alencar Queiroz.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Karla Cristina Siqueira Vasconcelos Barros.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: E-Pública da Pública Informática Ltda nas seguintes entidades: 1) Prefeitura Municipal de Salgueiro; 2) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 3) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 4) Fundo Municipal de Educação (FME); 5) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA); 6) Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI); 7) Fundo de Desenvolvimento Municipal de Salgueiro (FDM); 8) Autarquia Educacional de Salgueiro (AESA); 9) Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Salgueiro - Financeiro (FUNPRESSAL); 10) Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Salgueiro - Previdenciário (FUNPRESSAL). SCPI Fiorilli Ltda na seguinte entidade: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Salgueiro.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.salgueiro.pe.gov.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceram as regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como da NBC TSP 16.6. Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) igual a 2 que compreendem os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados, conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 027/2017.

**b.2.Bases de mensuração utilizadas:**

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2017 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução C nº 1.137/2008. Não houve mensuração de ativos e passivos com base no valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável. Quanto aos bens do imobilizável não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares, bem como não houve reavaliação de bens. Não foram registrados no exercício bens por doação.

b.3.Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa. No exercício de 2017 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento. Nos municípios onde há RPPS, houve mudança do nível das contas contábeis classe 1.1.3.8.1 (Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidação) para o nível 1.1.3.6.1 (Contribuições Previdenciárias a Receber). Desta forma, a análise horizontal dos dados do exercício de 2016 em comparação com 2017 deverá obedecer esta nova classificação mais adequada conforme PCASP no grupo de contas "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" no Balanço Patrimonial.

b.4.Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Não houve constituições de provisões.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais: Não houve eventos especiais ou significativos de reconhecimento de variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas, além das decorrentes da execução orçamentária normal do exercício.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal nº 4.320/64 em 31/12/2017
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2017 foram de R\$ 38.404.629,25, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoque e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2017 somam R\$ 6.639.935,24. É composto por R\$ 0,00 relativos a valor em espécie (caixa), R\$ 6.639.935,24 relativos a recursos em conta corrente, R\$ 0,00 em aplicações financeiras e R\$ 0,00 em aplicações de renda fixa ou poupança. O valor disponível apresentou aumento de R\$ 76.471,24 em relação ao exercício de 2016 que foi de R\$ 6.563.464,00.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO: Ao final do exercício classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor de R\$ 119,32, relativo a Dívida Ativa Tributária.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 1.670.832,79, correspondem a direitos a receber do RPPS e outros.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 30.093.741,90, corresponde a recursos financeiros do RPPS aplicados.

Nota 6) ESTOQUE: O setor contábil solicitou oficialmente os valores em estoque das entidades e fundos vinculados a administração direta. No entanto, não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço. Sugerimos a administração e ao controle interno a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, composto do Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível totalizam R\$ 87.383.034,96.

Nota 8) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 13.717.968,78, corresponde a R\$ 13.579.139,42 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 138.829,36 da Dívida Ativa Não Tributária.

Nota 9) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 71.579.331,27. No exercício de 2017 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 2.085.734,91, sendo R\$ 1.406.245,85, de bens móveis e R\$ 679.489,06 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2016 mais as incorporações de 2017 temos o saldo ao final de R\$ 73.665.066,18. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de R\$ 528.450,62 que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2017 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

Nota 10) INTANGÍVEL: O setor de patrimônio não disponibilizou até o fechamento do balanço as informações relativas aos ativos intangíveis, bem como os valores de amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração e o controle interno tomem medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2017 foram de R\$ 11.399.854,84. O índice de liquidez corrente em 2017 foi de 3,36. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui R\$ 3,36 de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de 3,36.

Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: Ficou em restos a pagar o montante de R\$ 1.466.585,09. Aumento de R\$ 545.601,72, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 920.983,37. Deste valor, o montante de R\$ 757.671,60 é relativo a obrigações trabalhistas, R\$ 523.477,65 obrigações previdenciárias e R\$ 185.435,84 obrigações assistenciais. No total para este grupo de contas, ficou em restos a pagar processado o valor de R\$ 1.466.585,09 e não processados o valor de R\$ 0,00.

Nota 13) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2017 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 2.937.471,92 relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de R\$ 2.860.682,12, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 706.789,80.



Nota 14) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foram realizadas provisões a curto prazo.

Nota 15) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2017 somam R\$ 973.389.821,91, decorrentes de obrigações trabalhistas previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações fiscais, provisões e demais obrigações.

Nota 16) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: Ficou a pagar o montante de R\$ 8.137.727,81. Aumento de R\$ 6.038.086,65, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 2.099.641,16. Deste valor, o montante de R\$ 0,00 é relativo a obrigações trabalhistas, R\$ 8.137.727,81 obrigações previdenciárias e R\$ 0,00 obrigações assistenciais.

Nota 17) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2017 ficou a pagar o valor de R\$ 573.238,69, relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de R\$ 573.238,69, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 0,00.

Nota 18) OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO: O valor evidenciado relativo as obrigações fiscais de longo prazo foram de R\$ 0,00.

Nota 19) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram R\$ 964.678.855,41, e são relativas as reservas matemáticas do RPPS.

Nota 20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfaz em 2017 o valor de R\$ 859.002.012,54, composto do resultado do exercício no valor de R\$ -392.853.559,55, em comparação com o resultado de exercícios anteriores no valor de R\$ -466.148.452,99.

Nota 21) ATOS POTENCIAIS/OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS: Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas foram evidenciados os registros dos contratos no valor de R\$ 224.377,68 baseado nos dados do LICON do TCE-PE.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
d.2. Divulgações não financeiras: Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 027/2017 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
e.2. Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial. No entanto, consta valores em trânsito realizáveis a curto prazo no valor de R\$ 967.278,00, vindos de exercícios anteriores e outros.
e.3. Transações de Investimentos e Financiamentos que não envolvem Caixa: Não houve operações de investimentos e financiamentos que modificaram o caixa das entidades do município.
e.4. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações: As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
e.5. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito: Não houve no exercício de 2017 bens recebidos por doação.
e.6. Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.
e.7. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2017.
e.8. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.
e.9. Detalhamento das Contas de Créditos a Curto e Longo Prazo:

Descrição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2017	2016	2017	2016
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos e transferências a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	119,32	0,00	13.579.139,42	7.738.084,07
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	138.829,36	0,00
Ajustes para perdas de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	119,32	0,00	13.717.968,78	7.738.084,07



e.10.Detalhamento das Contas do Imobilizado:

Descrição	Valor (R\$)	
	2017	2016
Bens móveis	20.042.442,74	18.636.196,89
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	-528.450,62	-528.450,62
Redução ao valor recuperável (bens móveis)	0,00	0,00
Bens imóveis	54.151.074,06	53.471.585,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	0,00	0,00
Redução ao valor recuperável (bens imóveis)	0,00	0,00
Total	73.665.066,18	71.579.331,27

e.11.Detalhamento do Intangível:

Descrição	Valor (R\$)	
	2017	2016
Softwares	0,00	0,00
Amortização acumulada (softwares)	0,00	0,00
Redução ao valor recuperável (softwares)	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00
Amortização acumulada (marcas, direitos e patentes)	0,00	0,00
Redução ao valor recuperável (marcas, direitos e patentes)	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00
Amortização acumulada (direitos de uso de imóveis)	0,00	0,00
Redução ao valor recuperável (direitos de uso de imóveis)	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Durante o exercício de 2017 não houve registros de bens intangíveis.

e.12.Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto e Longo Prazo:

Descrição das Obrigações	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	757.671,60	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	523.477,65	0,00	8.137.727,81	2.099.641,16
Assistenciais	185.435,84	0,00	0,00	0,00
Total	1.466.585,00	0,00	8.137.727,81	2.099.641,16

e.13.Detalhamento das Provisões a Curto e Longo Prazo:

Descrição das Obrigações	Curto Prazo	Longo Prazo
1/3 de Férias	0,00	0,00
13º Salário	0,00	0,00
Obrigações Previdenciárias	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Tipo de Provisão	Valor Contábil Inicial	Valor Contábil Final	Provisões Adicionais	Valores Utilizados	Valores Revertidos	Aumentos no Período	Breve Descrição	Indicativo das Incertezas	Valor de Reembolsos Previstos
1/3 Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Prev.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Durante o exercício de 2017 não foram realizadas provisões.

e.14.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

e.15.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis foram registrados no patrimônio a custo histórico. Os valores registrados no balanço patrimonial relativo a ajustes, depreciação, amortização e exaustão, caso tenham ocorrido, foram disponibilizados pelo setor de patrimônio da entidade de forma sintética por classe e grupo de ativos. Foram utilizadas taxas diferentes de depreciação em função das características de cada bem, bem como os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento de inservibilidade de bens, no caso de perdas, consta de registro analítico de termo de baixa disponível no setor e patrimônio do município.

e.16.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve no exercício de 2017 provisões ou passivos contingentes registrados de um mesmo conjunto de circunstâncias.

e.17.Memória de Cálculo dos Ajustes para Perdas da Dívida Ativa:

Durante o exercício de 2017 não houve ajustes para perdas da dívida ativa.

Saldo da Dívida Ativa de Curto Prazo em 31/12/2017 R\$ 119,32.

Ajuste para Perdas da Dívida Ativa em 31/12/2017 R\$ 0,00.

Saldo da Dívida Ativa Longo Prazo em 31/12/2017 R\$ 13.579.139,42.

Ajuste para Perdas da Dívida Ativa em 31/12/2017 R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE SALGUEIRO



Documento Assinado Digitalmente por: KARLA CRISTINA SIQUEIRA VASCONCELOS BARROS, CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: dcb4e7d6-424e-4c63-9cb8-b69b6cc22ff1

e.18. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

e.20. Estoques:

O município possui setor de controle dos insumos do estoque o qual deverá encaminhar as informações sintéticas ao setor contábil para efeito de registro e evidenciação. Contudo, até o fechamento deste balanço os dados não foram encaminhados após nossa solicitação.

Descrição	Valor (R\$)
- Valor total contabilizado no estoque	0,00
- Valor de estoques contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
- Valor de estoque reconhecido como despesa durante o período	0,00
- Valor de redução (baixa) no estoque registrados como despesa no período	0,00
- Valor de reversão de redução do valor do estoque	0,00
- Valor contabilizado de estoques dados como garantias a passivos	0,00

Não houve registros em estoque durante o exercício de 2017.

e.21. Disponibilidade de Caixa Detalhada:

Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Prefeitura Municipal.	1.988.321,99	0,00
Fundo Municipal de Saúde.	0,00	1.678.933,52
Fundo Municipal de Assistência Social.	31.019,83	1.114.455,12
Fundo de Defesa da Criança e Adolescente.	57.686,11	0,00
Fundo Municipal de Educação.	0,00	965.435,73
Autarquia Educacional.	113.355,50	0,00
Fundo do Idoso.	377.119,16	0,00
RPPS	0,00	313.115,77
RPPS Investimentos.	0,00	30.093.741,90
Câmara de Vereadores.	492,51	0,00
Total	2.567.995,10	34.165.682,04

e.22. Memória de Cálculo das Provisões Matemáticas Previdenciárias:

PLANO FINANCEIRO:

Provisão de Benefícios Concedidos R\$ -9.928.115,70.
Provisão de Benefícios A Conceder R\$ -711.338.325,69.

PLANO FINANCEIRO:

Provisão de Benefícios Concedidos R\$ -23.893.547,66.
Provisão de Benefícios A Conceder R\$ -10.695.437,93.

e.23. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

e.24. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve registro de bens doados ou recebidos por heranças ou presentes.

e.25. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

e.26. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externa de mensuração de provisões e laudos técnicos.

e.27. Teste de Imparidade (impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):

Não houve a realização do teste de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Descrição	Valor (R\$)
- Valor da perda por desvalorização revertida	0,00
- Valor do ganho com o teste de imparidade	0,00
- Valor em uso	0,00
- Valor justo	0,00
- Valor líquido contábil	0,00

e.28. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2017	Concluída

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP	
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.

MUNICÍPIO DE SALGUEIRO



Documento Assinado Digitalmente por: KARLA CRISTINA SIQUEIRA VASCONCELOS BARROS, CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/eppp/validaDoc.seam> Código do documento: dcb4e7d6-424c-4c63-9cb8-b69b6cc22ff1

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluída
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Em andamento
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2022	Concluído

MUNICÍPIO DE SALGUEIRO



Documento Assinado Digitalmente por: KARLA CRISTINA SIQUEIRA VASCONCELOS BARROS, CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: dcb4e7d6-424e-4c63-9cb8-b69b6cc22ff1

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO
Prefeito

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8